



Comissão de Pregão III

DECISÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 158/2021

Processo Licitatório nº: 13.163/2020

Processo de Recurso nº: 12.250/2022

REFERÊNCIA: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 158/2021

OBJETO: AQUISIÇÃO de MATERIAL LUDOTERAPÊUTICO para atender as necessidades da Gerência de Saúde Mental, da Secretária de Saúde, do Município de Nova Friburgo – RJ.

RECORRENTE: S M LOPES ALMEIDA SOARES

RECORRIDA: PREGOEIRA

Trata-se de **RECURSO ADMINISTRATIVO** interposto pela empresa, **S M LOPES ALMEIDA SOARES**, por meio de seu representante legal, com espeque no art. 4º, inciso XVIII, da Lei nº 10.520/2002 e no Decreto nº 1024/2019, subsidiados pela Lei nº 8.666/93, em face de ato administrativo praticado pela **PREGOEIRA** da Comissão de Pregão III, no Edital Pregão Eletrônico nº 158/2021.

Em tempo, informamos que esta Pregoeira e Equipe de Apoio foram designados, com base na Portaria nº 350 de 17 de fevereiro de 2022, publicada no Diário Oficial do Município de Nova Friburgo em 22 de fevereiro de 2022, que constitui a Comissão de Pregão III, para julgamento das licitações da Administração Municipal na modalidade Pregão.



Comissão de Pregão III

I. **DAS PRELIMINARES**

Em sede de admissibilidade, verificou-se que foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, fundamentação, pedido de provimento ao recurso, reconsideração das exigências e tempestividade, e interesse processual, conforme comprovam os documentos colacionados ao Processo de recurso.

II. **DAS ALEGAÇÕES DA RECORRENTE**

Alega a **RECORRENTE**, em síntese, que:

“Notadamente a estimativa de preços apresentada no edital, para os referidos itens, encontra-se fora do valor de mercado. Nossa empresa cotou os referidos itens se baseando nos preços reais de mercado sendo desclassificada por apresentar proposta acima do valor estimado em edital.”.

“Os produtos em tela são protegidos pela lei de direitos autorais, e sua reprodução sem prévia autorização dos detentores dos direitos, constitui crime contra a propriedade intelectual”.

“A empresa vencedora, mesmo sendo uma gráfica e editora, não pode reproduzir este material, com o intuito de venda no mercado, pois o mesmo é proibido pelas leis de direitos autorais, sendo que estes produtos só podem ser adquiridos em seus fabricantes ou distribuidores autorizados pelo fabricante, que cumpre toda a legislação que rege estes produtos”.

III. **DOS PEDIDOS DA RECORRENTE**

Requer a **RECORRENTE**:

“Permita o acompanhamento das entregas dos referidos itens, para que possamos comprovar a autenticidade do material fornecido a esta administração pela empresa vencedora”.

“Que esta administração solicite a empresa vencedora, com o caráter de diligência, as notas fiscais de entrada dos referidos produtos, juntamente com documento ou declaração do



Comissão de Pregão III

fabricante detentor dos direitos de reprodução dos produtos, que comprove sua condição de distribuidor dos mesmos”.

“Por fim solicitamos que nosso pedido seja dado como procedente e que as solicitações aqui contidas sejam acatadas por esta administração, com a única intenção de garantir uma aquisição honesta e justa dentro dos preceitos legais que regem as licitações públicas”.

IV. DAS ALEGAÇÕES EM SEDE DE CONTRARRAZÕES

A empresa recorrida não apresentou contrarrazões.

V. DA ANÁLISE

Imperioso ressaltar que todos os julgados da administração pública estão embasados nos princípios insculpidos no art. 3º da Lei nº 8.666/93, conforme segue:

“Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.”

Ressalte-se que tal disposição é corroborada pelo disposto no Decreto 10.024/2019:

“Art. 2º O pregão, na forma eletrônica, é condicionado aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da eficiência, da probidade administrativa, do desenvolvimento sustentável, da vinculação ao



Comissão de Pregão III

instrumento convocatório, do julgamento objetivo, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade e aos que lhes são correlatos.”

Dito isso, passa-se a análise do mérito do recurso interposto pela empresa **S M LOPES ALMEIDA SOARES**.

Inicialmente cumpre destacar que, esta pregoeira diligenciou a Secretaria Municipal de Saúde, tendo em vista tratar-se de questões técnicas, na forma que dispõe o **item 23.5 do edital**, diante das alegações trazidas.

A secretaria, por sua vez, diligenciou à Procuradoria Geral do Município que, após análise das alegações da recorrente, resumidamente opinou:

“...opina-se pelo desprovemento do recurso, devendo os autos serem remetidos à Secretaria de Saúde para ciência e tomada de providências...”

A Secretaria de Saúde representada pela pessoa Nicole Ribeiro Lessa Cipriano, Secretária de Saúde, resumidamente opinou:

“Desta forma, esta Secretaria de Saúde vem ratificar a decisão, pugnado pelo prosseguimento do feito.”

VI. DA DECISÃO DA PREGOEIRA

Isto posto, com fulcro no art. 17, inciso VII, do Decreto Federal n.º 10.024/2019, e art. 17, inciso VII, do Decreto Municipal n.º 599/2020, subsidiada pelo parecer jurídico exarado pela Procuradoria Geral Municipal e pelo parecer da Secretária de Saúde Nicole Ribeiro Lessa Cipriano (documentos em anexo), e sem nada mais evocar, **CONHEÇO** do Recurso Administrativo interposto pela empresa **S M LOPES ALMEIDA SOARES** no processo licitatório referente ao Edital



Comissão de Pregão III

do Pregão Eletrônico n.º 158/2021, e no mérito, **NEGO PROVIMENTO**, pela revisão do julgamento anteriormente proferido e Inabilitação da empresa **GRÁFICA E EDITORA LUAR EIRELI**, no Pregão em comento.

Por fim, informamos que esta decisão será publicada na íntegra em <https://www.novafriburgo.rj.gov.br/licitacao/> e seu extrato em <http://www.comprasnet.gov.br>.

Nova Friburgo, 10 de junho de 2022.

Eliza Souza Machado
Pregoeira – Comissão de Pregão III
Matrícula: 106.380